O SECULO ILUSTRADO

Suplemento do Nº1895 de 27-4-74

EDIÇÃO ESPECIAL

CONTINENTE E ILHAS: 10$00 — FRANÇA 4 fr. — CANADA 65 cts
POR AVIÃO: ANGOLA 17$50 — MOÇAMBIQUE 20$00

DOCUMENTO

O "25 de Abril

Foto Alfredo Cunha

Ver e não ser visto é uma regra

Na madrugada da última quinta-feira eclodiu um movimento revolucionário com o intuito — plenamente conseguido — de fazer terminar a situação política que dominava o País desde 28 de Maio de 1926 e se consolidou ao longo de todo o tempo, por circunstâncias várias, bem conhecidas.

O movimento de 25 de Abril veio fazer virar uma página da História da vida do País, e desse trabalho se encarregaram as Forças Armadas, que entregaram o Poder a uma Junta de Salvação Nacional.

Os acontecimentos ocorridos em Lisboa, onde actuou o Movimento das Forças Armadas, estão relatados e focados nesta edição especial de "Seculo Ilustrado", que constitui o primeiro documento de todo o desenvolvimento dessa actuação que veio modificar a vida em Portugal.

"Grândola, Vila Morena", na voz de Zeca Afonso, é lançada para o ar pela Rádio Renascença no seu programa Limite às 0.30 da madrugada. Estava lançado o início das operações, que iriam tornar o dia 25 uma data histórica. Em Tomar e Vendas Novas, em Lisboa e na Figueira da Foz, Lamego, Mafra e Estremoz e noutros pontos do País, há movimentos militares; é preso o Comandante da Escola Prática de Cavalaria, de Santarém, e uma força daquela unidade marcha para Lisboa.

Aproximavam-se as 3 horas da manhã. O trânsito automóvel é subitamente interrompido na Avenida Marquês da Fronteira e são ocupados, quase sem resistência, pontos vitais da cidade: aeroporto, Rádio Clube Português, Emissora e Rádio Marconi. Simultaneamente, são cercadas as áreas circundantes ao Quartel-General, em São Sebastião da Pedreira, e ao Quartel-Mestre, bem como encerrado foi também o tráfego aéreo. Às 4.20 surge o primeiro comunicado do Movimento Militar, transmitido pelo Rádio Clube Português. Pede-se calma à população e prudência às forças militarizadas (P. S. P., G. N. R., L. P. e G. F.), a fim de ser evitado qualquer confronto. Das 4.45 às 6 verificaram-se movimentos envolventes da cidade pelas tropas que a cercavam. O morro de Cristo-Rei é ocupado pelas tropas da Escola Prática de Artilharia, de Vendas Novas, onde tinham instalado as baterias, apontadas para Lisboa, e uma coluna de "comandos" toma sem resistência o quartel da Legião Portuguesa, na Penha da França. Cerca das 6.30 alguns jactos da Força Aérea sobrevoavam a cidade. Entretanto, fora já ocupado o Terreiro do Paço por tropas com carros blindados, e uma coluna da G. N. R., ainda fiel ao ex-Governo, era interceptada na Avenida António Augusto de Aguiar. Os comunicados do Movimento multiplicam-se; o R. C. P. transmite também música portuguesa, incluindo as chamadas canções de protesto. Ainda as 7 h da manhã não tinham chegado, quando surge a notícia da prisão dos primeiro e segundo comandantes da Região Militar do Porto e da adesão dessa cidade ao Movimento das Forças Armadas. Cerca das 7.20 as Forças Armadas improvisam um posto na sala do Telejornal da R. T. P. e passam a coordenar as notícias. Antes das 8 h verifica-se a chegada ao Terreiro do Paço e a zonas da Baixa, de uma companhia de Santarém, tendo sido colocada no Cais do Sodré uma força de Cavalaria 7. A entrada Norte de Lisboa estava franqueada ao avanço das colunas militares de Vendas Novas, de Santarém e de Santa Margarida. Em Santos, assinala-se a presença de três carros de combate M. 48, três "jeeps" e dois camiões do Regimento de Cavalaria 4, da Região Militar de Tomar. Forças armadas da Escola Prática de Cavalaria, de Santarém, e cadetes da Escola Prática de Infantaria patrulham o Terreiro do Paço; viaturas Panhard ocupam posições na Rua do Ouro e na Rua Nova do Almada. Às pessoas que, apesar dos comunicados transmitidos, se dirigiam para os empregos depara-se a situação vivida na cidade e engrossam a multidão dos espectadores. No Alfeite, é proibida a entrada aos empregados civis, e o Banco de Portugal aparece ocupado por forças militares; as repartições públicas não abrem; às 9 horas ouvem-se alguns disparos; entre as forças da P. S. P. e elementos das Forças Armadas dera-se, junto ao Ministério da Marinha, troca de tiros. A partir das 9, a tensão e a expectativa acentuam-se. O Movimento das Forças Armadas coloca estrategicamente cinco carros blindados em volta do Ministério da Marinha; há boatos da prisão do general António de Spínola; verifica-se uma corrida da população para as mercearias e dos veículos para as bombas de gasolina. Às 10.15, um avião de pára-quedistas sobrevoa o Terreiro do Paço, tendo, na outra margem do Tejo, dois aviões cruzado os ares; os acessos ao Terreiro do Paço são fechados e as Ruas Augusta, da Prata e do Ouro são barricadas. Entre as 10.30 e as 11.30 os ex-ministros da Defesa, do Interior e do

(Continua na pág. 7)

Nas imediações do Ministério da Marinha viveram-se horas de expectativa. As fotos revelam dois momentos de tensão do dia 25

Fotos Alfredo Cun

O POVO ESTAVA LÁ

Foto Fernando Baião

Foto obtida por um dos nossos repórteres na Praça do Comércio, em Lisboa, na manhã do dia 25.

Todos nós que, em serviço de reportagem, acompanhámos mais de perto o desenrolar dos acontecimentos podemos testemunhar as entusiásticas manifestações que por toda a cidade se verificaram. E as notícias que foram chegando à nossa redacção deram-nos conta de que o mesmo aconteceu em todo o País. Foi a vitória completa do Movimento, identificado com as profundas esperanças da enorme maioria da população. Foram frequentes as cenas de abraços e outras manifestações de apoio entre populares e membros das Forças Armadas, que nas ovações da multidão encontravam motivos de orgulho.

A seguir, algumas das declarações do general Spínola na conferência de Imprensa da manhã de sexta-feira:

A respeito do líder do movimento:

— É um movimento colectivo das Forças Armadas. É um movimento sem líder

Sobre a política externa de Portugal:

— Vai ser uma linha de abertura a soluções de evolução, a um futuro de progresso de Portugal no seu todo pluricontinental.

Ultramar:

— A política que for definida no consenso do País.

Em relação à vizinha Espanha:

— Creio bem que a nova orientação que vai ser imprimida à política portuguesa muito facilitará as relações de Portugal com a Espanha.

Sobre a Direcção-Geral de Segurança:

— Está prevista a extinção da Direcção-Geral de Segurança, apenas com restrições em relação ao Ultramar, enquanto as operações militares o exigirem.

Em relação à liberdade de Imprensa:

— O programa do Movimento das Forças Armadas, que vai ser distribuído, responde cabalmente à pergunta que me faz: a abolição da censura e exame prévio, com restrições relativas ao segredo dos aspectos militares nesta fase que ainda atravessamos no nosso Ultramar.

Enquanto decorriam as conversações, o público, impaciente , encorajava as Forças Armadas

Foto Fernando Baião

Foto Fernando

As forças militares apareceram em nome da paz que as pessoas há longos anos procuram

Foto Fernando Baião

Foto Fernando Baião

(Continuado da pág. 2)

Exército encontram-se reunidos no Ministério do Exército; estão igualmente al presentes alguns generais e o ex-deputado Henrique Tenreiro. Ouvem-se mai disparos no Terreiro do Paço quando o tenente-coronel Ferrand de Almeida comandante de uma das forças de Cavalaria 7, recusa aderir ao Movimento; o ministros militares e do Interior, depois de fugirem através de um buraco d comunicação entre o Ministério da Marinha e do Exército, são vistos a tomar luga num autocarro; o ministro do Exército, general Andrade e Silva, põe-se em fuga tendo outros seguido para o quartel da G. N. R., no Carmo, onde já se encontrav o ex-Presidente do Conselho, prof. Marcello Caetano, e alguns membros d ex-Governo. Cerca das 11.30 é cercado o quartel do Carmo. A G. N. R. fecha a portas e manifesta intenção de resistir ao Movimento das Forças Armadas, força sitiantes. Compactas colunas de gente apoiam a actuação das forças militares Reforços da G. N. R. aproximam-se do Largo do Carmo e tomam posições contrárias às intenções das forças de Cavalaria 7. Entretanto, Lanceiros 2, n Ajuda, continua a resistir ao Movimento, tendo recolhido o ex-Presidente d República e alguns membros do Governo. Novo ultimato é dirigido aos sitiados d Carmo, indicando as 17 h como termo do prazo de rendição. E a partir d meio-dia toda a atenção se concentra no Carmo. Depois das 13 h algumas pessoa são atingidas por tiros disparados da Direcção-Geral de Segurança, na Rua António Maria Cardoso: entre os feridos há três jovens. A companhia móvel d P. S. P. esboça uma tentativa para tomar posições no Chiado, e a G. N. R. ocupa o Rossio. Às 14.45 é difundido um comunicado do Movimento das Forças Armada avisando a população que elementos da G. N. R. e da D. G. S., adversários da Forças Armadas, tentam passar por amigos do Movimento. Às 15 h o capitã Salgueiro da Maia, comandante das forças que cercavam o quartel do Carmo numa improvisada reunião com a Imprensa, afirma: "A G. N. R. não tem qualque hipótese de resistência." Entre as 15 e as 16 h., Pedro Feitor Pinto, ex-director d Informação, tenta a mediação entre forças cercadas e sitiantes. Chegara-se, enfim a um acordo: o quartel do Carmo seria entregue às Forças Armadas comprometendo-se estas a respeitar a integridade física das individualidades al protegidas. Às 15.30, Lanceiros 2, na Ajuda, adere também ao M. F. A. Eram 16 h quando a população tomou conhecimento de um comunicado da C. D. E. de Lisboa a apoiar o Movimento das Forças Armadas. Delírio no público que assiste impaciente e por vezes ruidosamente, à rendição já vagamente anunciada. 17.40 — o general António de Spínola chega ao quartel do Carmo. Estrondosa ovação do público. Cerca das 18 horas, as Forças Armadas pedem com insistência para que a multidão se afaste do Largo do Carmo. Tinha chegado a hora da transferência do ex-Presidente Marcello Caetano e de alguns dos seus ministros. Há vozes que pedem a presença do general Spínola; os manifestantes engrossam e comprimem-se; a informação divulgada de que existiam elementos da D. G. S. disfarçados entre a população refreia um pouco os ânimos. O dr. Sousa Tavares, a convite das Forças Armadas, apela para o bom senso da população para que se comporte mais moderadamente, anunciando a "libertação do jugo fascista". Às 19.15, Marcello Caetano, juntamente com as outras individualidades que se tinham protegido no Carmo, abandona o local num carro blindado Chaimite, que era seguido pelo general António de Spínola, para instalações militares da Pontinha. As 20.10 não eram passadas quando uma onda libertadora e espontânea de pessoas se levanta pelas ruas de Lisboa. Ao passarem, porém, pela Rua António Maria Cardoso, os manifestantes são surpreendidos; funcionários da Direcção-Geral de Segurança disparam ao acaso rajadas de metralhadora: 45 feridos, 3 mortos (entre os quais um agente da D. G. S.) foi o balanço, objectivo, frio, do incidente. Cerca das 20.30 é lida a proclamação ao País firmada, em Santarém, pelo comando do Movimento. É anunciado que o almirante Américo Thomaz foi transportado de helicóptero de Lanceiros 2, que se tinha rendido perto das 15 h, para as instalações da Polícia da Força Aérea, do Monsanto, e que Marcello Caetano procedera à transferência do Poder para o general Spínola. Às 21, as Forças Armadas anunciam que a D. G. S. vai ser cercada e pedem calma à população.

Às 21.30, é abatido um elemento da D. G. S. por uma rajada de metralhadora, quando se punha em fuga. Cerca das 22, é anunciado que a P. S. P. aderira totalmente ao Movimento das Forças Armadas. Pouco depois, às 23 h, é anunciado que Marcello Caetano e alguns dos ex-ministros seguiriam para a Madeira. À 1.25, já do dia 26, o general António de Spínola, acompanhado pelos membros da Junta general Costa Gomes; António Alba Rosa Coutinho, capitão-de-fragata; José Baptista Pinheiro de Azevedo, capitão-de-mar-e-guerra; Jaime Silvério Marques, brigadeiro, e coronel Carlos Galvão de Melo, faz a sua comunicação ao País. Cerca das 6 h da manhã, o almirante Américo Thomaz, o prof. Marcello Caetano, os ex-ministros Moreira Baptista, Silva Cunha, são conduzidos, sob escolta militar, para o Aeródromo Base 1, tendo embarcado num DC-6 da Força Aérea, que os transportou para a ilha da Madeira. Entre as 8.30 e as 9 da manhã, a penitenciária política de Caxias rende-se ao M. F. A. Depois das 12 h do dia 26, o último reduto da D. G. S., na António Maria Cardoso, após cerco prolongado, rende-se definitivamente à pressão das Forças Armadas.

Foto Fernando B

Marcha para o Rossio. Horas depois, o general Spínola dirigia esta mensagem aos elementos das Forças Armadas:

"Aos bravos militares dos três ramos das Forças Armadas expresso o meu agradecimento por mais este sublime acto de patriotismo, a juntar a tantos o praticados na defesa do Ultramar português, e ainda pela exemplar disciplina e alta eficiência demonstradas no cumprimento da transcendente missão de que f incumbidas a bem da Pátria.

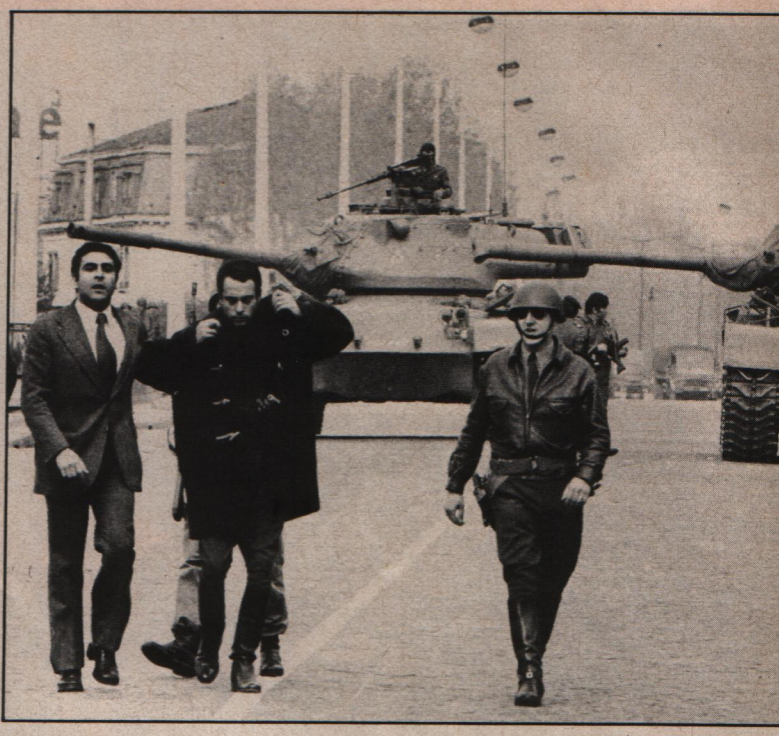
Bem hajam.

Viva Portugal."

Populares oferecem fruta aos militares, esgotados após horas de grande tensão

Foto Eduardo Ga

Fotos Eduardo Gageiro



Duas imagens obtidas nas imediações do Terreiro do Paço. Na primeira, oficiais à paisana do Movimento preparam-se para prender o tenente-coronal Ferraud de Almeida (outra foto) que chefiava uma das forças de Cavalaria 7 leais ao Governo de Marcello Caetano. Depois de detido, este oficial não aderiu ao Movimento

Por volta das 13 horas, a Junta de Salvação Nacional transfere o seu quartel-general, que funcionava no Regimento de Engenharia 1, na Pontinha, para a Cova da Moura. Durante a tarde, as Forças Armadas extinguem as últimas bolsas da D. G. S. com a ocupação da sede daquela Corporação. A partir das 16 horas, assiste-se, nas ruas da Baixa da capital, a uma manifestação de alguns milhares de pessoas que queriam demonstrar o seu apoio à Junta de Salvação. Também a partir dessa hora foi várias vezes difundido pela rádio um comunicado em que se apelava para a calma dos grupos de manifestantes. Houve atentados contra as instalações do jornal a «Época», da A. N. P., da Legião Portuguesa e da Comissão de Exame Prévio (Censura).

Pouco depois da meia-noite, foi lido através da E. N. um comunicado abolindo as «medidas restritas do pleno exercício das actividades escolares e de utilização de instalações de apoio social» nos estabelecimentos de Ensino Superior. Às 0 e 23 do dia 27 foi libertado o primeiro dos 22 presos políticos deti-

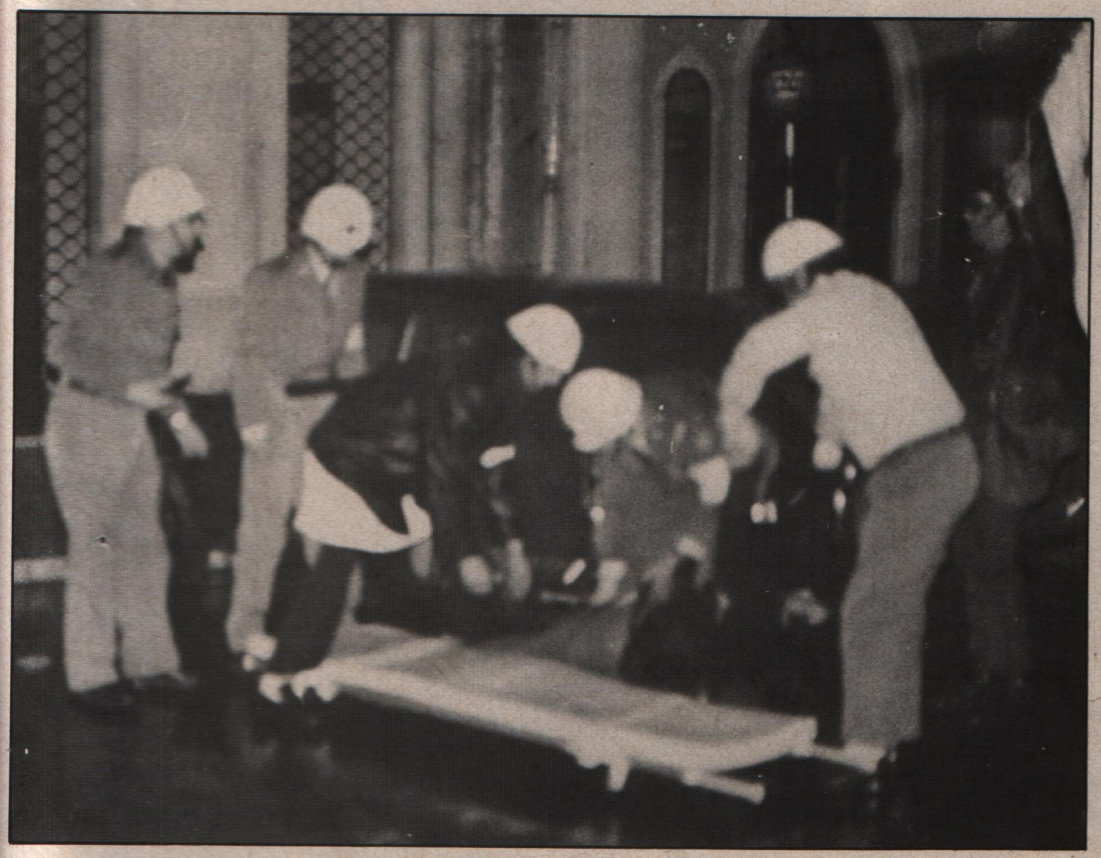


Foto Francisco Ferreira

Um agente da D. G. S. é colocado numa maca. As forças do Movimento dispararam sobre ele quando tentava fugir na Rua António Maria Cardoso

Durante o cerco ao quartel da G. N. R., no Carmo Caetano, foram disparados tiros para o ar. Na refugiam-se

dos no forte de Peniche: Dinis Miranda é o seu nome. Às 0 e 30, foram libertados todos os presos políticos que se encontravam em Caxias depois de uma comissão de advogados ter estabelecido o critério de crime político, segundo determinação da Junta.

Durante a manhã de ontem foi dado conhecimento ao País, através dos órgãos de Informação de algumas das concretizações dos múltiplos objectivos da Junta de Salvação Nacional. Foram nomeados o novo Governador-Geral de Moçambique e Governador da Guiné. Às 2 horas da manhã, o eng. Santos e Castro foi destituído das funções de governador-geral de Angola. Substituí-lo-á o Secretário-Geral daquela província, tenente-coronel António Rio Soares Carneiro. Também ontem de madrugada foi divulgada a mensagem telegráfica que o dr. Ângelo de Almeida Ribeiro, bastonário da Ordem dos Advogados, dirigiu ao general António Spínola, manifestando o apoio dos advogados à Junta de Salvação.

Segundo telegramas distribuídos pelas agências noticiosas A. N. I. e Lusitânia, assumiram as funções de encarregados dos Governos de Moçambique e da Guiné, respectivamente, o coronel David Teixeira Ferreira e o tenente-coronel Mateus da Silva, que substiuíram os governadores demitidos pela Junta de Salvação Nacional.

Informava-se mais tarde que Mário Soares, o dirigente socialista exilado em França, partiria de Paris, por via férrea, a caminho de Lisboa. O chefe socialista deverá chegar hoje à capital; a notícia do regresso de Rui Luís Gomes, exilado no Brasil desde 1962 e a residir no Recife é, porém, menos clara.

Após o sucesso do Movimento das Forças Armadas e com o País em calma, os membros da Junta continuam a levar a efeito medidas concretas e imediatas.

Na sequência das medidas adoptadas para completo controlo da situação e da manutenção intransigente da ordem e tranquilidade públicas, a Junta de Salvação Nacional decidiu nomear governador da Região Militar de Lisboa, o general Reimão Nogueira; comandante-geral da G. N. R., o general Rosa Garoupa; comandante-geral da P. S. P., o coronel Neves Cardoso, e comandante-geral da Guarda Fiscal, o coronel António Calado.

A Junta de Salvação Nacional decidiu, ainda, nomear o coronel Manuel Carlos Pereira Alves Passos de Esmeriz e o brigadeiro José Luís de Mendonça Ramires, comandantes, respectivamente, da Região Militar do Porto e Territorial do Algarve.

Os serviços de administração pública decorriam com normalidade, sendo apenas de assinalar o facto de nos sectores militares e militarizados haver continuado, ainda durante grande parte do dia 26, o regime de prevenção rigorosa, o qual, no entanto, passou ao fim da tarde, nalguns departamentos desses sectores, ao de prevenção simples ou unicamente ao de vigilância reforçada, como sucedeu, por exemplo, no Ministério da Marinha.

O vespertino «República» dá notícias sobre o prof. Veiga Simão que segundo este jornal será «o único elemento do Governo de Marcello Caetano que a Junta de Salvação Nacional mantém».

A «República» esteve em contacto com o prof. Veiga Simão, que afirmou ser «muito amigo do general Spínola», considerando-o «grande patriota e grande português». «O general Spínola está a conduzir o País para os destinos que todos nós merecemos», disse ainda o prof. Veiga Simão àquele jornal.

REACÇÕES NO PAÍS

Reflexos, para além de Lisboa, da acção levada a efeito pelo Movimento das Forças Armadas, com base nas informações que nos chegaram quando fechavamos esta edição especial:

AVEIRO — Várias centenas de pessoas, em que predominava a juventude, realizaram, nesta cidade, calorosas manifestações de agradecimento e apoio às Forças Armadas pelo êxito do movimento que derrubou o Governo de Marcello Caetano.

BRAGA — Os estudantes dos Liceus Sá de Miranda e de D. Maria II, das Escolas do Ciclo Preparatório, Comercial e Industrial e do Magistério, em número de alguns milhares, percorreram as ruas da cidade vitoriando o Exército. Às 19, realizou-se outra manifestação de apoio às Forças Armadas, promovida pelos democratas desta cidade.

LEIRIA — Nesta cidade regista-se calma absoluta, funcionando todos os estabelecimentos públicos e comerciais. Apenas os bancos estiveram fechados, com execepção do de Portugal. A P. S. P. reapareceu nas ruas, mas apenas para controlar o trânsito e para rondas habituais.

SETÚBAL — Às 19 horas, após o encerramento do comércio, realizou-se a anunciada manifestação de apoio à Junta de Salvação Nacional. Centenas de jovens, incluindo muitos vindos de fora, percorreram as ruas da cidade empunhando cartazes convidando a população a juntar-se na Praça do Bocage, onde

Foto Eduardo Gageiro

e encontrava Marcello
mentos da população

Foto Eduardo Gage

O povo aguarda a rendição da D. G. S. As forças do Movimento cercam os acessos à sede daquela corporação

A RENDIÇÃO DE MARCEL

Foto Eduardo Gageiro

Centenas de pessoas concentraram-se no Largo do Carmo. Sabia-se que o prof. Marcello Caetano estava no quartel da G. N. R. e reconhecia-se que dos acontecimentos que ali se verificassem dependeria em grande medida o sucesso ou o fracasso das operações iniciadas pelos militares do Movimento. Resultou o sucesso. O prof. Marcello Caetano e alguns ministros que o acompanhavam renderam-se incondicionalmente ao general António de Spínola. Segundo o testemunho de um jornalista do «Diário de Notícias», os acontecimentos ter-se-iam desenrolado do seguinte modo: às 16 e 5 do dia 25, chegou ao Largo do Carmo o director do Serviço de Informação da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, dr. Feitor Pinto, acompanhado pelo dr. Nuno Távora, chefe de gabinete do dr. Pedro Pinto. Pede para falar com o comandante das tropas do cerco, capitão Salgueiro Maia, dizendo ser portador de uma mensagem para Marcello Caetano, insinuando uma plataforma de entendimento. São autorizados a entrar, saindo às 16 e 21 e dirigindo-se logo em seguida a casa do general Spínola, que os recebeu vestido à paisana. Às 17 horas, e 2 minutos saem e, interrogados pelo repórter que os acompanhou sempre, contaram:

«Fomos portadores de uma mensagem do prof. Marcello Caetano para o sr. general Spínola. O Presidente do Conselho entrega-lhe o comando das tropas, para que o Poder não caia na rua. Entretanto, os dois funcionários falaram pelo telefone. O prof. Marcello Caetano deu as garantias ao sr. general de que o Governo da sua chefia se lhe entregava. O sr. general, em resposta, disse-lhe que, como não comandava nenhum golpe de Estado, teria de entrar em contacto com os chefes do Movimento das Forças Armadas para lhes perguntar se eles o mandatavam a fim de tomar conta da situação.»

Os passos seguintes são conhecidos, culminando estas horas com a chegada do general Spínola ao Largo do Carmo, onde foi vibrantemente aplaudido.

CAETANO

Foto Eduardo Gage

Em cima, na noite de quinta para sexta - feira, na Rua António Maria Cardoso, supostos elementos da D. G. S. são controlados jundo à sede da corporação. Em baixo, aspecto das manifestações populares

Foto Fernando Baião

Foto Fernando Batão

Os nossos repórteres fixaram esta sequência: na foto em cima um elemento da D. G. S. é obrigado a despir-se. Ao lado, quando revelava a existência de uma arma escondida nas roupas interiores. No carro, tinha uma metralhadora

(Continuado da pág. 11)

deram gritos de «Viva a Liberdade» e exigiram a presença dos soldados.

COIMBRA — Muitos milhares de pessoas realizaram nesta cidade uma manifestação de apoio à situação criada pelo movimento das Forças Armadas, sem quaisquer interferências policiais, na sede da Associação Académica, cuja autonomia administrativa vinha sendo sistematicamente denegada. Daquele local saiu uma massa de população que foi engrossando ao longo das avenidas e ruas percorridas.

BEJA — Na sexta-feira, ao meio da tarde, reuniram-se, num salão desta cidade, dezenas de democratas, com o objectivo dominante de enviarem um telegrama à Junta de Salvação Nacional. Ei-lo: «Democratas de Beja, reunidos em sessão plenária, saúdam essa Junta por ter derrubado o governo fascista, libertando presos políticos, abolindo censura, extinguindo P. I. D. E./D. G. S. e dissolvendo a A. N. P., Legião e Mocidade Portuguesa.» No salão nobre do Governo Civil, o ex-governador, dr. Fernando Nunes Ribeiro, transmitiu os seus poderes ao governador substituto, dr. Gonçalves da Cunha, ao qual entregou, em cerimónia simbólica, as chaves do edifício.

ÉVORA — A vida citadina processou-se, com toda a normalidade. Pelos contactos que tivemos com a população, pudemos verificar que se encontra cônscia do momento histórico que se está a viver. Quando as tropas cercaram o quartel-general da Região Militar, o povo acatou as ordens recebidas e aplaudiu com vivas e palmas as Forças Armadas.

Foto Eduardo Gageiro

Por detrás dos taipais de uma obra em frente das instalações da D. G. S. centenas de populares manifestaram-se contra esta corporação

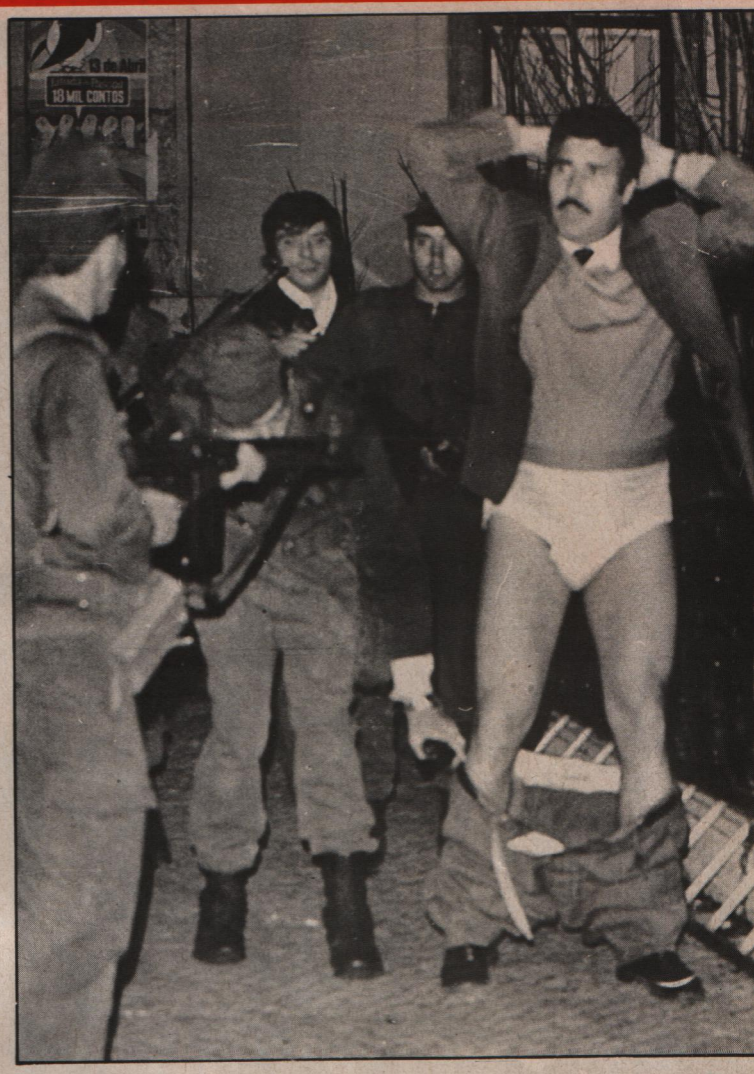


Foto Eduardo Gage

Foto Eduardo Gage

Elementos destacados da D. G. S. são levados sob prisão

A FLOR E OS SOLDADOS

Foto Eduardo Gageiro

Uma legenda simples para uma foto simples — A Flor e os Soldados. Um cravo branco oferecido por mão certamente amiga representa o abraço fraterno entre um povo e os seus soldados, que foi efectivo e entusiástico. Uma vez mais, o coração de Lisboa foi a velha Baixa, cujas ruas se encheram de carros blindados e soldados, mas também de rapazes, raparigas, homens e mulheres de idade madura. Gente de todas as classes e crenças diversas, que traziam água, vinho, pão e fruta para dar aos que estavam ali, a fadiga estampada no rosto, dispostos a ir até ao fim. «Tudo começou com o movimento dos capitães, desde Junho passado. «Caldas» foi um balão de ensaio que nos permitiu medir a capacidade de resposta da «situação». Assegurado o apoio dos generais Spínola e Costa Gomes, restava-nos conseguir a unidade das Forças Armadas. O Governo derrotado esperava uma grandiosa manifestação de oficiais, no Terreiro do Paço, no dia 2 de Maio. Foi um boato que pusemos a correr. Receberam uma revolução em 25 de Abril. Foram colhidos tão de surpresa que só uma hora depois da hora H, às 4 da manhã, circulando nós desde as 11 horas, é que deram por nós!...» — contou a um dos nossos repórteres um dirigente do Movimento

Foto Alfredo Cun

Entrada para o forte de Peniche. Numerosos familiares e amigos dos presos políticos esperavam a libertação, que se verificou cerca das 0 e 23, de ontem

Foto Novo Ribeir

Um documento obtido por um dos nossos repórteres: Hermínio da Palma Inácio, em primeiro plano, numa das celas do forte de Caxias. Este homem vivia na clandestinidade desde 1947

OS MOVIMENTOS E O REGIME

Desde que, em 28 de Maio de 1926, a Ditadura Militar e, depois, o Estado Novo tomaram conta do País, por várias vezes movimentos de oposição, alguns deles de carácter militar, tentaram apoderar-se do Poder em acções revolucionárias, que quase sempre foram reprimidas violentamente. Impossível se torna, num simples apontamento, referir todos os pormenores desses movimentos.

7 DE FEVEREIRO DE 1927

Menos de um ano após a instauração da Ditadura, em 3 de Fevereiro de 1927, eclodiu no Porto um movimento revolucionário de forças militares que se estendeu, quatro dias depois, a Lisboa.

O general Gastão Dias explicou os objectivos do movimento num manifesto igualmente subscrito por Jaime Morais, Jaime Cortesão, capitão Sarmento Pimentel e João Carvalho. O comando das tropas pertencia ao coronel Freiria.

A demissão do Governo e o regresso à Constituição eram os principais objectivos, embora não houvesse quaisquer garantias individuais, dada a situação de ditadura.

Em Lisboa foi apreendido o jornal "O Mundo", porque saiu sem "censura", e o jornal "A Batalha" foi suspenso. O general Carmona foi entrevistado por "O Seculo" e revelou que já tinha conhecimento da sublevação. Em Lisboa e no Porto houve troca de tiros, registaram-se alguns incêndios e nas ruas ergueram-se barricadas.

Os revoltosos prenderam os ministros do Comércio e dos Negócios Estrangeiros. Aviões fiéis ao Governo bombardearam o Arsenal, onde estavam os revoltosos, e, após alguns combates, os insurrectos foram dominados. Comandava as forças fiéis o general Agostinho Domingues.

O balanço final referia cerca de 50 mortos e 300 feridos.

20 DE JULHO DE 1928

Durou pouco mais de 12 horas um movimento que eclodiu em Lisboa em 20 de Julho de 1928 e foi dominado pelas forças fiéis do Governo.

O sinal da revolta partiu do Castelo de São Jorge, de onde foram disparados tiros de canhão, o que responderam algumas unidades sublevadas.

Forças da G. N. R., Cavalaria 2 e 7 e Infantaria 1 comandadas pelo general Farinha Beirão, dominaram a situação. Uma proclamação assinada pelos coronel Mascarenhas, antigo ministro da Guerra; comandante Filomeno de Almeida, ex-ministro das Colónias, e major Sarmento de Beires não chegou a ser distribuída.

Ao movimento aderiram unidades de Setúbal, Castelo Branco, Pinhel e Guarda, enquanto se registavam incidentes no Barreiro e no Entroncamento. No Porto, a revolta foi abortada devido a prisões efectuadas anteriormente.

O balanço final referiu 7 mortos e 30 feridos graves.

REVOLTA DA MADEIRA

Na sequência de uma greve geral e tumultos no princípio do ano de 1931, em 4 de Abril, eclodiu um movimento na ilha da Madeira mais propriamente chamado "golpe de Estado".

Encontravam-se presos na Madeira os chefes da revolta de 7 de Fevereiro, que participaram no golpe com apoio de unidades militares.

Foi enviada uma mensagem ao Governo, na qual se solicitava a restauração de liberdades públicas e o regresso à normalidade constitucional.

O Governo fez divulgar uma nota dizendo da tranquilidade absoluta no Continente, Açores e Colónias, enquanto se sabia que tinham aderido ao movimento unidades de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Graciosa e Faial.

Do Continente partiram contingentes militares, e um deles, comandado pelo capitão Jorge Botelho Moniz, apoderou-se do Machico, facto importante que fez gorar o movimento, cujos componentes se entregaram em 2 de Maio.

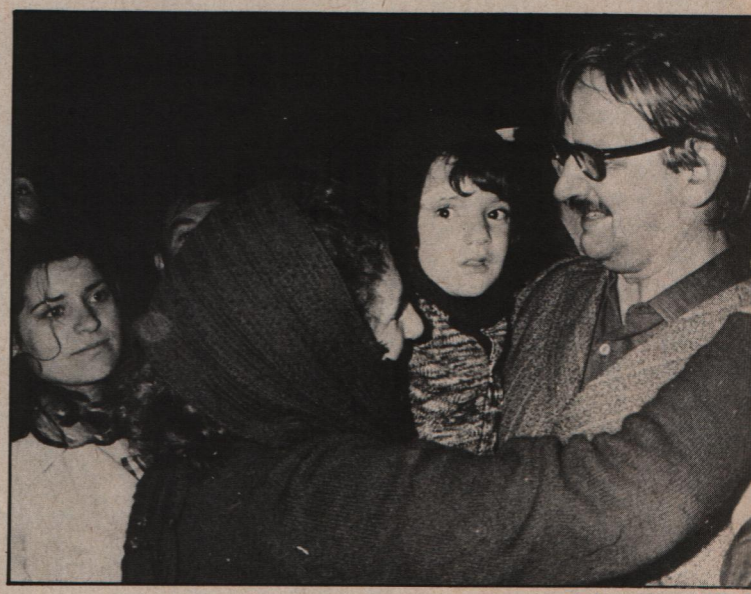
26 DE AGOSTO DE 1931

Em 26 de Agosto de 1931, em Lisboa, rebentou mais uma revolução, que viria a causar 40 mortos e cerca de 200 feridos.

O Governo distribuiu uma nota oficiosa referindo que civis tinham assaltado quartéis em Lisboa mas forças da G. N. R., da Polícia e de uma unidade de Mafra tinham dominado a situação.

Cerca de 250 presos foram levados para a Penitenciária.

(Continua na pág. 22)



Fotos Novo Ribei

Três fotos que documentam a libertação dos presos políticos em Caxias, que se verificou ao princípio da madrugada de ontem. Ao alto, três dos detidos quando abandonavam o forte. Ao centro, efusivos abraços rodearam José Manuel Tengar rinha, personalidade de destaque no meio intelectual português. Em cima outro dos detidos que não esperaria pela libertação: o arquitecto Nuno Teotónio Pereira

NO PONTO MAIS QUENTE

Foto Eduardo Gageiro

Na noite de sexta para sábado a Junta de Salvação Nacional fazia difundir o seguinte comunicado:

«Chegou ao conhecimento da Junta de Salvação Nacional que elementos da D. G. S. estão a seguir os vários elementos e núcleos das forças que continuam no cumprimento da sua missão.

Solicita-se a esses elementos que avaliem perfeitamente a situação actual que o País vive e o risco que corre a sua integridade pessoal na continuação de actividades usadas pelo anterior regime. O Movimento já mais de uma vez fez sentir à Nação a sua intenção de que tudo se processe dentro da maior ordem e civismo e que não hesitará em fazer intervir as forças que a Nação pôs à sua disposição para a integral manutenção da ordem.»

Horas antes, foi-nos possível obter este documento fotográfico junto à sede da D. G. S., na Rua António Maria Cardoso. Decorria o cerco e as manifestações populares contra os elementos daquela corporação.

Cenas indescritíveis se passaram na António Maria Cardoso. Desde mortos e feridos em número não confirmado ainda, quando estamos a fechar esta edição-documento, tentativas de fuga dos elementos da D. G. S. a tentativas de linchamento por parte da população.

As portas dos carros de funcionários da corporação aqui estacionados foram forçadas. E desencadeou-se uma autêntica febre de procura de «recordações». Descobriram-se ervas milagrosas contra o Demónio, letras a apagar, livretes de propriedade dos veículos, revistas e outros objectos pessoais, que eram disputados por todos os presentes.

Mais macabro que a «erva contra o Demónio», isto: quando saía de um dos acessos à sede, um militar foi visto com uma caixa de madeira, que seria entregue ao comando e que continha vários instrumentos de tortura, dos mais variados aspectos, feitios e para os mais diversos efeitos.

18 DE JANEIRO DE 1934

Em 18 de Janeiro de 1934, eclodiu uma greve geral, com atentados à bomba, a tiro e sabotagens em várias localidades, com maior incidência na Marinha Grande.

Foram feitas centenas de prisões, e os principais responsáveis foram deportados para Angola.

A vila da Marinha Grande foi ocupada por forças policiais, idas de Leiria, e, a seguir, militarmente.

O Governo considerou a greve movimento revolucionário e ordenou julgamentos sumaríssimos e outros no campo de concentração. As forças da ordem que actuaram foram louvadas e demitido o comandante do posto da G. N. R. da Marinha Grande, porque não disparou um tiro.

10 DE SETEMBRO DE 1935

A Polícia de Vigilância e Defesa Social teve conhecimento antecipado de um movimento previsto para 10 de Setembro de 1935, e cujos chefes seriam o capitão-de-mar-e-guerra Mendes Norton e o dr. Rolão Pedro, advogado.

Os assaltos ao destacamento da Penha de França e ao aviso "Bartolomeu Dias" faziam parte das operações, que não chegaram a desenrolar-se devido às prisões feitas.

A REVOLTA DOS BARCOS DE GUERRA

Em 9 de Setembro de 1936, dois navios de guerra — o aviso "Afonso de Albuquerque" e o contratorpedeiro "Dão" — pretenderam sair a barra para se juntar às forças republicanas que combatiam em Espanha.

O primeiro daqueles barcos tinha chegado, há dias, de Valência, aonde fora buscar famílias portuguesas, e nessa viagem tinham-se registado insubordinaçãoes a bordo.

Na noite de 8 de Setembro, o capitão Agostinho Lourenço, da Polícia de Informação, sabendo da chegada aos navios dos respectivos tripulantes, facto que não estava previsto, avisou o ministro da Marinha.

Os dois barcos começaram a preparar-se para partir do Tejo, e o ministro, além de alertar as baterias de artilharia de costa, enviou aos navios o tenente Henrique Tenreiro, que, ao ver os preparativos e as metralhadoras nos conveses, voltou para terra. Os implicados (208) foram pronunciados e responderam em Outubro. Sobre os navios foram disparados 21 tiros de canhão, dos quais, 18 atingiram os alvos e

Foi completa e total a vitória do Movimento das Forças Armadas

Fotos Eduardo Gageiro

Muitas horas sem dormir e sem comer esgotaram os elementos das Forças Armadas. Não faltaram, no entanto, os populares a oferecerem comida

determinaram a rendição. No processo foram condenados 82 participantes na revolta.

O ATENTADO A SALAZAR

Nunca ficou bem definido o que foi o atentado a Salazar cometido na manhã do domingo 4 de Julho de 1937. A P. V. D. E. (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado) afirmou, pela voz do célebre capitão Catela, que teriam sido cinco indivíduos pertencentes à Legião Vermelha, aliás já conhecidos da Polícia, os autores do atentado.

Naquela manhã, deflagrou uma potente bomba num colector de uma rua por onde passaria Salazar, a caminho da missa de domingo, mas o veículo em que o então chefe do Governo se transportava não foi atingido.

Prisões e uma manifestação seguiram-se ao acto, que teve como consequência secundária a abertura de uma enorme cratera na Avenida Barbosa du Bocage.

Chantemps, Mussolini e Hitler felicitaram Salazar por ter escapado ileso do atentado.

O CASO DA MEALHADA

Não regista a Imprensa desde 1937 até 1946 qualquer movimento com importância, facto que não é de causar admiração, dada a situação existente nessa época.

Até 1939 evoluía a guerra civil em Espanha e de 1939 a 1945 decorreu a segunda guerra mundial, que nos primeiros anos expressava a vitória das forças do Eixo.

No nosso país, tentativas de greve ou manifestações de qualquer género eram reprimidas violentamente. O caso da "praça de touros do Campo Pequeno" ainda está na memória dos mais idosos como as "inconveniências" de usar o emblema da Royal Air Force no tempo da guerra.

De qualquer modo, só em 1946 a Imprensa regista um novo movimento — o da Mealhada —, perpetrado por oficiais milicianos do Regimento de Cavalaria 6, do Porto.

Em 11 de Outubro, uma coluna daquela unidade, comandada por "milicianos licenciados e outros demitidos do Exército", segundo os termos da nota oficial do acontecimento, dirigiu-se ao Sul, mas foi interceptada, próximo da Mealhada, por forças de Coimbra, Aveiro e Figueira da Foz.

JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL — O presidente, general António de Spínola (condecorado com a Torre e Espada, com palma, ex-governador da Guiné e ex-vice-chefe do E. M. das Forças Armadas), tem à sua direita o general Costa Gomes (que foi subsecretário de Estado do Exército e chefe do E. M. das Forças Armadas), o capitão-de-mar-e-guerra José Baptista Pinheiro de Azevedo (professor da Escola Naval, oficial do E. M. da Armada e antigo adido militar em Londres) e o capitão-de-fragata António Alva Rosa Coutinho (comandante da fragata «Almirante Pereira da Silva» e engenheiro geólogo); à esquerda do presidente da Junta, o brigadeiro Jaime Silvério Marques (antigo governador de Macau e militar que se tem destacado em missões de carácter técnico-militar) e o coronel Carlos Galvão de Melo. O outro elemento da Junta é o general Manuel Diogo Neto, que comandava a III Região Militar em Moçambique

O tenente Queiroga Chaves foi considerado o principal organizador do movimento.

10 DE ABRIL DE 1947

Em 10 de Abril de 1947 5 generais, 6 oficiais-superiores e 13 professores universitários são demitidos das suas funções por terem participado numa conjura que se manifestou através de greves e de uma tentativa de revolta na região de Tomar.

Entretanto, no ano seguinte, em 8 de Outubro de 1948, são presos vários oficiais-superiores e oficiais-generais, entre os quais o almirante Cabeçadas, acusados de terem fomentado uma terceira conjura.

RESCALDO DE ELEIÇÕES

Em 12 de Março de 1959, portanto, após as eleições de 1958, ano em cujo final a oposição esboçou alguns movimentos, um grupo designado por Movimento Militar Independente pretendeu levar por diante uma sublevação militar em Lisboa.

Na conjura estiveram envolvidos elementos civis e militares, dos primeiros dos quais fazia parte Manuel Serra, dirigente católico, e dos segundos, o major Calafate.

Recorda-se que a defesa afirmou, durante as audiências, a tendência católica do movimento.

O ASSALTO AO "SANTA MARIA"

Em 22 de Janeiro de 1961, Henrique Galvão, com um grupo reduzido, apoderou-se do paquete "Santa Maria", a navegar no alto mar.

A Armada Portuguesa e outras esquadras perseguiram o navio, que finalmente aportou ao Recife.

O movimento pertenceu ao Directório Revolucionário Ibérico de Libertaçã segundo foi então revelado. O navio chegou a Lisboa em 16 de Fevereiro.

O AVIÃO DOS T. A. P.

No dia 1 de Dezembro de 1961, foi assaltado, por um grupo chefiado p Henrique Galvão, um avião dos T. A. P. que voava de Casablanca para Lisboa.

Lançar panfletos sobre Lisboa, Barreiro, Beja e Faro foi o principal objecti do movimento.

O CASO DE BEJA

Mais uma tentativa para deposição do Governo começou em 1 de Janeiro 1962, com o assalto ao quartel de Beja.

O principal impulsionador do movimento — capitão Varela Gomes — foi feri pelas forças governamentais, e a acção, de que resultariam quatro mortos, entre quais o subsecretário de Estado do Exército, fracassou.

Manuel Serra, que estava no estrangeiro, entrou clandestinamente no País conseguiu aliciar elementos militares, que foram a Beja para conseguir armas.

O então major Calapez Martins fez fogo sobre o capitão Varela Gomes e pôs em fuga, para alertar a G. N. R. e a P. S. P., que, com auxílio de forças de Évora Estremoz, se dirigiram ao quartel e dominaram a situação.

O julgamento dos implicados demorou meses e só veio a realizar-se em 1964.

16 DE MARÇO DE 1974

Uma companhia de infantaria das Caldas da Rainha sublevou-se na madruga de 16 de Março e caminhou sobre Lisboa, onde foi forçada a parar.

Admite-se que um erro de informação tenha levado à saída daquela colu militar, que não recebeu o apoio indispensável ao prosseguimento da sua acção.

O PROGRAMA DA JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL

"Considerando que, ao fim de treze anos de luta em terras do Ultramar, o sistema político vigente não conseguiu definir concreta e objectivamente uma política ultramarina que conduza à paz entre os portugueses de todas as raças e credos.

Considerando que a definição daquela política só é possível com o saneamento da actual política interna e das suas instituições, tornando-as, pela via democrática, indiscutidas representantes do povo português. Considerando, ainda, que a substituição do seu sistema político vigente terá de processar-se sem convulsões internas que afectem a paz, o progresso e o bem-estar da Nação, o Movimento das Forças Armadas Portuguesas, na profunda convicção de que interpreta as aspirações e interesses da esmagadora maioria do povo português e de que a sua acção se justifica plenamente em nome da salvação da Pátria e, fazendo uso da força que lhe é conferida pela Nação através dos seus soldados, proclama e compromete-se a garantir a adopção das seguintes medidas, plataforma que intende necessária para a resolução da grande crise nacional que Portugal atravessa.

A) MEDIDAS IMEDIATAS

1. Exercício do Poder político por uma Junta de Salvação Nacional até à formação, a curto prazo, de um Governo provisório civil. A escolha do presidente e vice-presidente será feita pela própria Junta.

2. A Junta de Salvação Nacional decretará:

a) a destituição imediata do Presidente da República e do actual Governo e dissolução da Assembleia Nacional e do Conselho de Estado, medidas que serão acompanhadas do anúncio público da convocação, no prazo de 12 meses, de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal directo e secreto, segundo lei eleitoral, a elaborar pelo futuro Governo provisório;

b) a destituição de todos os governadores civis no Continente, governadores dos distritos autónomos nas Ilhas Adjacentes e governadores-gerais nas províncias ultramarinas, bem como a extinção imediata da Acção Nacional Popular.

1 — Os governos-gerais das províncias ultramarinas serão imediatamente assumidos pelos respectivos secretários-gerais, investidos nas funções de encarregado do Governo até nomeação do novo governador-geral pelo Governo provisório.

2 — Os assuntos decorrentes dos governos civis serão despachados pelos respectivos substitutos legais, enquanto não forem nomeados novos governadores pelo Governo provisório.

c) a extinção imediata da D.G.S., Legião Portuguesa e organizações políticas de juventude. No Ultramar, a D.G.S. será reestruturada e saneada, organizando-se como polícia de informação militar enquanto as operações militares o exigirem;

d) a entrega às Forças Armadas dos indivíduos culpados de crime contra a ordem política instaurada, enquanto durar o período de vigência da Junta de Salvação Nacional, para instrução de processo e julgamento;

e) medidas que permitam uma vigilância e um controlo rigoroso de todas as operações económicas e financeiras com o estrangeiro;

f) a amnistia imediata de todos os presos políticos, salvo os culpados de delitos comuns, os quais serão entregues ao foro respectivo, e reintegração voluntária dos servidores do Estado destituídos por motivos políticos;

g) a abolição da censura e exame prévio.

1 — Reconhecendo-se a necessidade de salvaguardar o segredo dos aspectos militares e evitar perturbações na opinião pública causadas por agressões ideológicas dos meios mais reaccionários, será criada uma comissão "ad hoc", para "contrôle" da Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema, de carácter transitório, directamente dependentes da Junta de Salvação Nacional, a qual se manterá em funções até à publicação de novas leis de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema pelo futuro Governo provisório.

h) medidas para a reorganização e saneamento das Forças Armadas e Militarizadas, G.N.R., P.S.P., Guarda Fiscal, etc.;

i) o "contrôle" de fronteiras será das atribuições das Forças Armadas e Militarizadas, enquanto não for criado um serviço próprio;

j) medidas que conduzam ao combate eficaz contra a corrupção e a especulação.

B) MEDIDAS A CURTO PRAZO

1. No prazo máximo de três semanas após a conquista do Poder, a Junta de Salvação Nacional escolherá de entre os seus membros o que exercerá as funções de Presidente da República Portuguesa, que manterá poderes semelhantes aos previstos na actual Constituição.

a) os restantes membros da Junta de Salvação Nacional assumirão as funções de

Um dos carros blindados que participaram nas operações, na Baixa de Lisboa. Mas o aparato militar não assustou, desta vez, a população

Foto Alfredo Cunh

Foto Abel Fonseca

A Assembleia Nacional na tarde de 25 de Abril — 39 membros da A. N. P., responderam à chamada

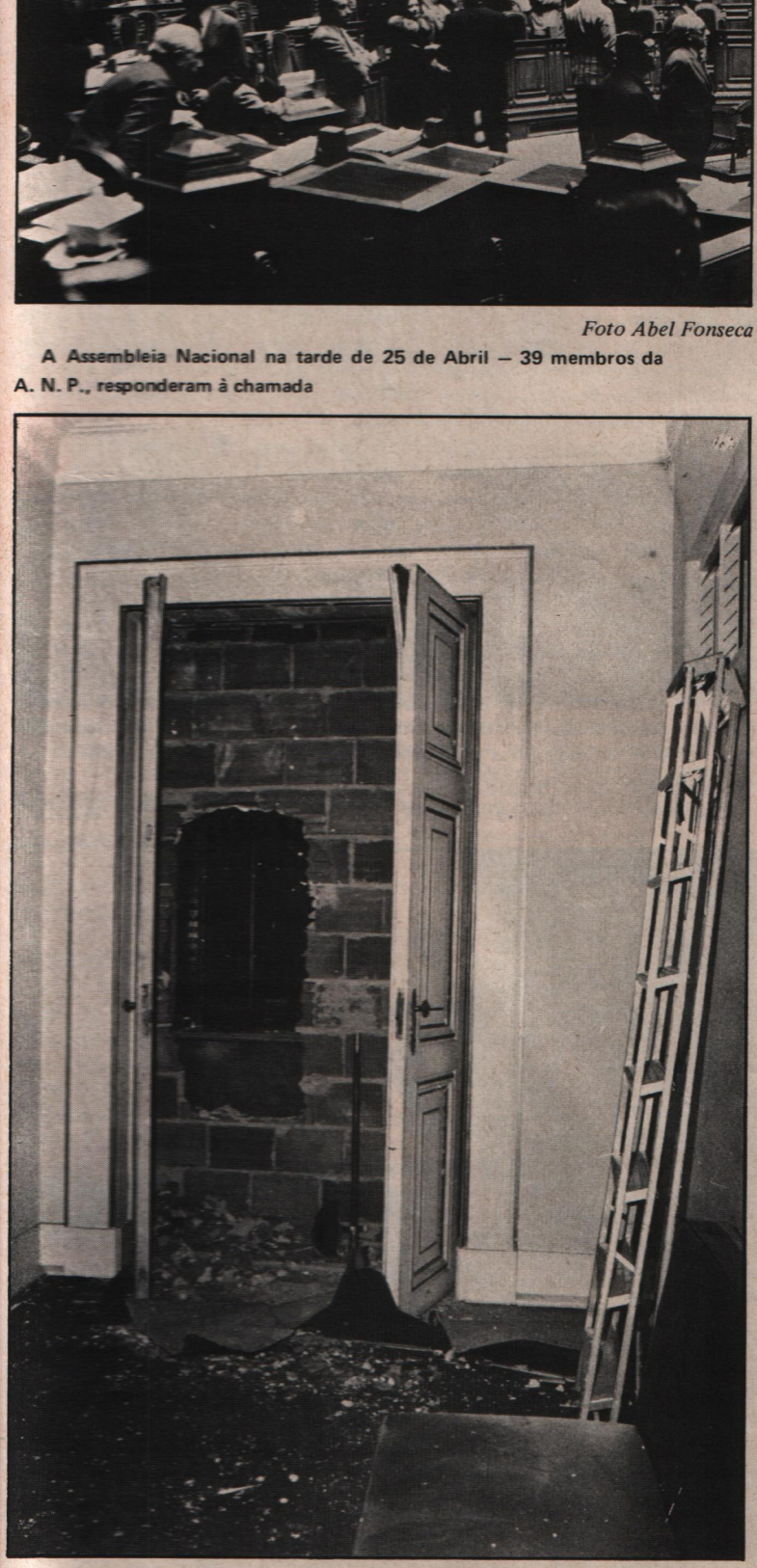


Foto Alfredo Cunha

Pelo buraco que a foto revela passaram alguns dos ministros do Governo, derrubado no dia 25

chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, vice-chefe do Estado-Maio General das Forças Armadas, chefe do Estado-Maior da Armada, chefe d Estado-Maior do Exército e chefe do Estado-Maior da Força Aérea e farão part do Conselho de Estado.

2. Após assumir as suas funções o Presidente da República nomeará o Govern provisório civil, que será composto por personalidades representativas de grupos correntes políticas e personalidades independentes que se identifiquem com presente programa.

3. Durante o período de excepção do Governo provisório, imposto pel necessidade histórica de transformação política, manter-se-á a Junta de Salvaçã Nacional, para salvaguarda dos objectivos aqui proclamados.

a) o período de excepção terminará logo que, de acordo com a nov Constituição política, estejam eleitos o Presidente da República e a Assemblei Legislativa.

4. O Governo provisório governará por decretos-leis, que obedecerã obrigatoriamente ao espírito da presente proclamação.

5. O Governo provisório, tendo em atenção que as grandes reformas de fund só poderão ser adoptadas no âmbito da futura Assembleia Nacional Constituinte obrigar-se-á a promover imediatamente:

a) a aplicação de medidas que garantam o exercício formal da acção d Governo e o estudo e aplicação de medidas preparatórias de carácter material económico, social e cultural que garantam o futuro exercício efectivo da liberdad política dos cidadãos;

b) a liberdade de reunião e de associação. Em aplicação deste princípio, ser permitida a formação de associações políticas, possíveis embriões de futuro partidos políticos, e garantida a liberdade sindical, de acordo com lei especial qu regulará o seu exercício;

c) a liberdade de expressão e pensamento, sob qualquer forma;

d) a promulgação de uma nova lei de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro Cinema;

e) medidas e disposições tendentes a assegurar, a curto prazo, a independênci e a dignificação do poder judicial.

1 — A extinção dos tribunais especiais e dignificação do processo penal em todas as suas fases.

2 — Os crimes cometidos contra o Estado, no novo regime, serão instruídos po juízes de Direito e julgados em tribunais ordinários, sendo dadas todas as garantia aos arguidos. As averiguações serão cometidas à Polícia Judiciária.

6. O Governo provisório lançará os fundamentos de:

a) Uma nova política económica posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista.

b) Uma nova política social, que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida de todos os portugueses.

7. O Governo provisório orientar-se-á, em matéria de política externa, pelos princípios da independência e da igualdade entre os Estados, de não ingerência nos assuntos internos dos outros países e da defesa da paz, alargando e diversificando relações internacionais, com base na amizade e cooperação.

a) O Governo Provisório respeitará os compromissos internacionais decorrentes dos tratados em vigor.

8. A política ultramarina do Governo provisório, tendo em atenção que a sua definição competirá à Nação, orientar-se-á pelos seguintes princípios:

a) Reconhecimento de que a solução das guerras no Ultramar é política e não militar.

b) Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino.

c) Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz.

C) CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Logo que eleitos pela Nação a Assembleia Nacional Constituinte e o novo Presidente da República, será dissolvida a Junta de Salvação Nacional, e a acção das Forças Armadas será restringida à sua missão específica de defesa externa da soberania nacional.

2. O Movimento das Forças Armadas, convicto de que os princípios, os objectivos aqui proclamados traduzem um compromisso assumido perante o País e são imperativos para servir os superiores interesses da Nação, dirige a todos os portugueses um veemente apelo à participação sincera, esclarecida e decidida na vida pública nacional e exorta-os a garantirem, pelo seu trabalho e convivência pacífica, qualquer que seja a posição social que ocupem, as condições necessárias à definição, em curto prazo, de uma política que conduza à solução dos graves problemas nacionais e à harmonia, progresso e justiça social indispensáveis e à obtenção do lugar a que Portugal tem direito entre as nações."

A caminho do Carmo, entusiastas

Foto Fernando Baião

O general Spínola, quando chegou ao quartel da G. N. R., foi delirantemente ovacionado pela multidão que ali se tinha concentrado

Foto Fernando Baião

Neste blindado histórico — "Bula" — seguiu o prof. Marcello Caetano, depois da transferência do Poder, que se efectuou no quartel da G. N. R.

Foto Fernando Baião

NA HORA DO TRIUNFO

Foto Alfredo Cunha

Esta foto foi obtida cerca das 8 h do dia 25 — os tanques tomavam posição na Praça do Comércio. Viviam-se as primeiras horas do Movimento. Cerca da 1 h da madrugada do dia seguinte — espectáculo único na R.T.P. — o general Spínola, acompanhado pelos membros da Junta de Salvação Nacional, fazia a seguinte declaração:

"Em obediência ao mandato que acaba de lhe ser confiado pelas Forças Armadas, após o triunfo do Movimento em boa hora levado a cabo pela sobrevivência nacional e pelo bem-estar do Povo Português, a Junta de Salvação Nacional, a que presido, constituída por imperativo de assegurar a ordem e de dirigir o País para a definição e consecução de verdadeiros objectivos nacionais, assume perante o mesmo o compromisso de:

— Garantir a sobrevivência da Nação, como Pátria Soberana no seu todo pluricontinental;

— Promover, desde já, a consciencialização dos Portugueses, permitindo plena expressão a todas as correntes de opinião, em ordem a acelerar a constituição das associações cívicas que hão-de polarizar tendências e facilitar a livre eleição, por sufrágio directo, de uma Assembleia Nacional Constituinte e a sequente eleição do Presidente da República;

— Garantir a liberdade de expressão e pensamento;

— Abster-se de qualquer atitude política que possa condicionar a liberdade da eleição e a tarefa da futura Assembleia Constituinte e evitar por todos os meios que outras forças possam interferir no processo que se deseja eminentemente nacional;

— Pautar a sua acção pelas normas elementares da moral e da justiça, assegurando a cada cidadão os direitos fundamentais estatuídos em declarações universais e fazer respeitar a paz cívica, limitando o exercício da autoridade à garantia da liberdade dos cidadãos;

— Respeitar os compromissos internacionais decorrentes dos tratados celebrados;

— Dinamizar as suas tarefas em ordem a que no mais curto prazo o País venha a governar-se por instituições de sua livre escolha;

— Devolver o poder às instituições constitucionais logo que o Presidente da República eleito entre no exercício das suas funções."

MC-17-16

O general António Sebastião Ribeiro de Spínola tem 64 anos e nasceu em Santo André, concelho de Estremoz. Depois de ter feito os seus estudos secundários no Colégio Militar, ingressou em 1930, na então Escola Militar, cujo Curso de Cavalaria terminou em fins de 1933.

A sua carreira de oficial do Exército foi iniciada no Regimento de Cavalaria 7.

Entre Novembro de 1961 e 21 de Fevereiro de 1964, comandou um batalhão de cavalaria, em Angola.

Regressado de Angola, o general António de Spínola foi transferido para a direcção da Arma de Cavalaria, onde, cumulativamente com outras funções, chefiou o Serviço de Preboste. Mais tarde, foi nomeado segundo comandante-geral da Guarda Nacional Republicana, após o que foi nomeado, em 1968, governador da Guiné, ainda com a patente de brigadeiro. Promovido a general, em Julho de 1969, foi reconduzido nos cargos de governador e comandante-chefe da Guiné, em 18 de Abril de 1972.

Nomeado vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, após ter deixado o Governo da Guiné, o general António de Spínola foi exonerado do cargo, em 14 de Março deste ano, depois de o ter exercido desde 18 de Janeiro.

Oficial e cavaleiro da Ordem Militar de Avis, foi agraciado com o grande-oficialato da Torre e Espada, em 7 de Junho do ano passado. Possui, igualmente, as medalhas de Mérito Militar e de prata dos Serviços Distintos e de ouro de Comportamento Exemplar. O Governo espanhol conferiu-lhe a cruz de primeira classe da Ordem do Mérito Militar, com distintivo branco.

Foto Abel Fonse

A primeira conferência de Imprensa da Junta de Salvação Nacional com o general Spínola prestando declarações aos jornalistas

O general, à civil, numa rua de Lisboa *Foto Eduardo Gageiro*

O general Spínola, quando governador e comandante-chefe das Forças Armad na Guiné.

O PENSAMENTO POLÍTICO DO GENERAL SPÍNOLA

EM NOME DO POVO

Só da comunhão entre governantes e governados e da participação adequada destes últimos na função governo podem resultar os conceitos válidos e ajustados que terão se seguir-se na orientação das massas, em ordem à consecução dos fins colectivos.

No mundo de hoje, cada vez é menos possível governar os povos senão em seu nome e por seu mandato.

Pretendemos assim realizar uma política de valorização e dignificação humanas, visando a paz e o bem-estar social no respeito pelos mais puros princípios de justiça, liberdade cívica e participação do povo na gestão dos seus próprios interesses.

E, assim, julga-se que é na pureza das instituições dos vários grupos humanos que terá de procurar-se a essência dos valores relativamente aos quais os homens se sentem dignificados, e que apenas terão de ser actualizados para evoluirmos com projecção ao futuro, sem nos desviarmos dos autênticos objectivos sociais. O recalcamento cultural e o bem-estar social conduzem a estados de espírito opostos.

Afigura-se assim do mais elementar senso administrativo uma justa repartição das fontes de riqueza, por forma a assegurar-lhes a mais alta rentabilidade, o que, em última análise, se traduzirá em maior progresso e mais amplos benefícios sociais.

ADESÃO DAS MASSAS

Não se poderá progredir ao ritmo exigido pela evolução social do mundo sem uma doutrina que estabeleça os padrões a atingir e a forma de os alcançar; doutrina que, embora estruturada pelas elites, tem que basear-se na adesão das massas populares, pois só assim poderá considerar-se como doutrina social autêntica.

("Política Governativa e Objectivos Sociais", Janeiro de 1971)

CLIMA LIBERALIZANTE

Os povos não se afirmam nem progridem senão na plena expressão da sua capacidade de prosseguir objectivos comuns, definidos no amplo debate de ideias à luz de princípios fundamentais de disciplina cívica e de bem-estar social. As sociedades terão, por isso, de desenvolver-se em clima liberalizante, dentro de padrões que efectivamente correspondam aos seus legítimos anseios.

(Julho de 1971)

AUTODETERMINAÇÃO

Para mim, autodeterminação significa o processo político pelo qual os povos, representados pelos votos das maiorias, escolhem o seu destino, administram os seus interesses, realizam os seus fins sociais e regem em comum as suas relações internas e externas. É um conceito que não pode ligar-se a compartimentos geográficos, como o documentam inúmeros exemplos de países geograficamente descontínuos em relação aos quais o problema se não levanta. Tão-pouco pode ligar-se a afinidades exclusivamente culturais ou somáticas; se o fosse, assistiríamos em seu nome à "balcanização" da África de hoje em inúmeros microestados.

(Novembro de 1971)

IMPRENSA E AUTODISCIPLINA

Sempre defendemos a tese de que a Imprensa tem de encontrar plena expressão na essência da função que lhe compete e no respeito pelas concepções de vida social e de relações humanas que regem o mundo; meios que, por serem eminentemente sociais, têm que ser servidos por homens imbuídos de uma ética própria que lhes imponha, por autodisciplina, o dever de esclarecer com verdade os seus concidadão proibindo-se de contra eles usar a poderosa arma que detêm nas sua mãos.

(Janeiro de 1972

UNIFICAÇÃO

É no Povo que reside, de facto, a reserva moral da Nação. É, pois, n sentido da unificação desse Povo em torno dos seus interesses, que ter de encontrar-se a solução dos problemas do presente. Para tanto impõe-se equacionar o problema nacional na base de um renovad espírito de unidade. De uma unidade edificada na prosperidade, n vivência e na participação, e jamais dogmaticamente postulada po determinação da lei.

A VITÓRIA POLÍTICA

Um Estado que não promova efectivamente a prosperidade do indivíduos que o compõem perde o substrato agregador da massa qu lhe confere existência e arrisca-se a desaparecer pela via da anexação po outro Estado ou pelo perecimento do corpo social em que s consubstancia.

Poderia alcançar-se a vitória retirando às forças de subversão a vontade de combater pela adesão da sua massa à causa da ordem estabelecida, ou levando os interesses que as apoiam a retirar o seu auxílio. Em qualquer dos casos, porém, seria uma vitória política e não militar. E, como é utópico pensar que aqueles interesses desarmem enquanto a massa revelar vontade de combater, apenas resta uma via para a solução do conflito — e essa eminentemente política. Podemos assim, chegar à conclusão que, em qualquer guerra deste tipo, a vitória exclusivamente militar é inviável. Às Forças Armadas apenas compete pois, criar e conservar pelo período necessário — naturalmente não muito longo — as condições de segurança que permitirão soluções político-sociais, únicas susceptíveis de pôr termo ao conflito.

NÃO À OPOSIÇÃO AO MUNDO

(...) na hora que passa, o desenvolvimento das nações não poderá processar-se em oposição ao mundo em que vivemos. Haverá antes que pautar a conduta política dos povos no respeito pelo princípio de que as sociedades preferem sobreviver prosaicamente a desaparecer gloriosamente na defesa de soluções ligadas ao passado, em prejuízo da sua sobrevivência numa perspectiva do futuro.

PROGRAMAS SANCIONADOS

(...) e jamais um governo pode eximir-se à responsabilidade de apresentar programas que os governados sancionem e aos quais prestará contas. Daí que, por mais genéricas que sejam as reformas, acaba sempre por abrir-se um abismo entre governantes europeus e governados africanos ao pretendermos administrar povos com tais características à margem do diálogo constante e da sua efectiva participação a todos os níveis.

DESVIO NA VOCAÇÃO HISTÓRICA

Não será demais acentuar de novo que tão-pouco o que se preconiza se afasta da linha política que marcou, tradicionalmente, a nossa vocação histórica, e da qual nos desviámos na década de 30. Não fosse esse desvio, e se nos tivesse orientado maior preocupação de fidelidade às teses ultramarinas desenhadas no final do século passado e nos primeiros anos do presente, bem outra seria, por certo, a nossa posição actual perante o mundo.

("Portugal e o Futuro", Janeiro de 1974)

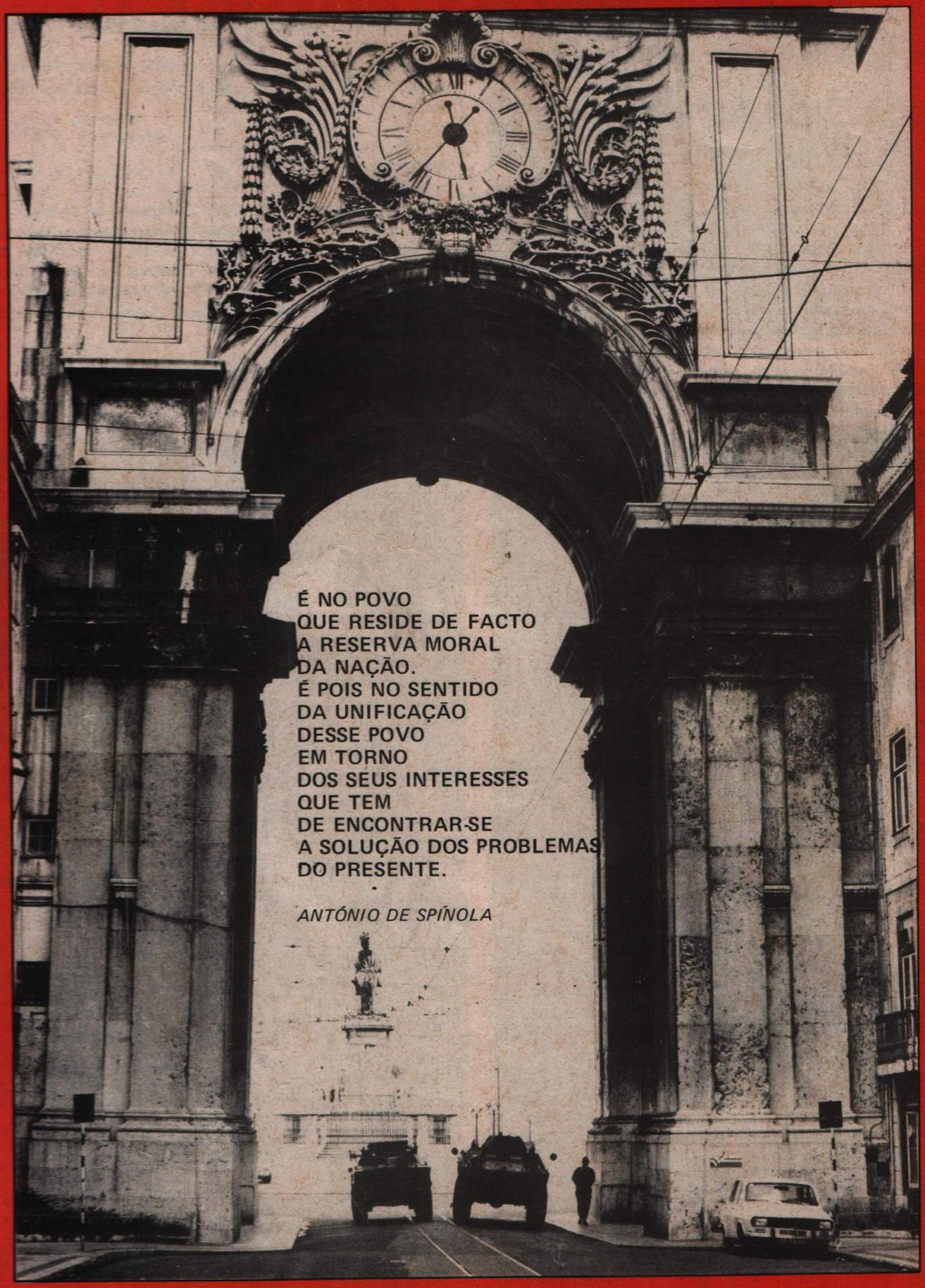


Foto Eduardo Gageiro